

# Estados Unidos e Síria: da descolonização do pós Primeira Guerra Mundial à Guerra Fria

## United States and Syria: to the decolonization of the post World War I to Cold War

Virgílio Caixeta Arraes\*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 142, mar.-abr. 2014 [p. 28 a 38]

### Introdução

Em pouco mais de cinco décadas, a Síria transformou-se bastante politicamente: após o final da Primeira Guerra Mundial, o território passou a ser administrado pela França, um dos vencedores do confronto, através de mandato da recém-criada Sociedade das Nações.

Desta forma, cessava seu vínculo multissecular com os turcos, desprovidos gradativamente de seu império – o Otomano – por ter-se aliado à Alemanha e Áustria durante aquele conflito em oposição à própria França, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Com o encerramento da Segunda Guerra Mundial, os sírios adquiririam a independência, sobrestada pelo emergir da confrontação global em 1939 na Europa. Com a necessidade de assegurar o acesso a recursos naturais, especialmente petróleo, as duas coligações antagônicas se haviam feito presentes no Oriente Médio.

Na mesma época da obtenção da autonomia síria, faltava pouco tempo para o mundo dividir-se entre dois pólos extremamente cerrados: o capitalista liderado pelos Estados Unidos e o comunista capitaneado pela União Soviética. Na perspectiva de ambos, não deveria haver a possibilidade de lusco-fusco – a primeira tentativa ocorreria somente em abril de 1955, quando da realização da Conferência de Bandung.

A Guerra Fria estendeu-se por quase toda a segunda metade do século vinte, período em que a Síria não esteve tão próxima dos Estados Unidos, apesar da insistência, em função de questões regionais como o pan-arabismo do Egito e da existência de Israel.

Destarte, o país, ao escolher não movimentar-se de forma pendular entre norte-americanos e soviéticos, não pôde beneficiar-se da composição do tabuleiro político-econômico da florescente região médio-oriental.

Em vista do exposto, o texto se concentrará no desdobramento do relacionamento político dos Estados Unidos com a Síria, ao ir do pós Primeira Guerra Mundial até o final da década de 70.

### Nova Ordem Mundial: o desaparecimento dos impérios

Logo após o encerramento da Primeira Guerra Mundial, o longo Império Otomano assistiria ao seu progressivo desaparecimento durante quase quatro anos. Seu sucessor, a Turquia, seria despojado da maior parte

\* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB e editor-adjunto do Boletim Meridiano 47 (arraes@gmail.com).

do antigo território, especialmente o médio-oriental, partilhado com a autorização da Liga das Nações entre Grã-Bretanha e França.

Na nova organização internacional, colônias e domínios poderiam em tese participar, o que diretamente beneficiaria em termos de votos Grã-Bretanha e França e prejudicaria Estados Unidos, não obstante ter sido ele o principal responsável pela vitória da Trílice Entente no duradouro conflito.

O objetivo da constituição de um organismo multilateral permanente foi o de prevenir disputas acérrimas por áreas na Ásia e África. As anexações – ou explorações – territoriais futuras deveriam derivar do concerto entre as potências vencedoras da confrontação mundial, não mais do uso – ou mesmo ameaça – da força. Assim, manter-se-ia o equilíbrio de poder sem percalços.

Sob a justificativa de que o globo estava em um momento singularmente tumultuado, os triunfantes propuseram-se a supervisionar de forma administrativa povos outrora pertencentes ao império otomano, alemão e mesmo russo. Nascia no sistema internacional a tutela de procedência multilateral, em substituição ao instrumento de conquista individual, aplicado na maior parte do século dezenove.

Diante disso, a definição de critérios para a repartição dos territórios afro-asiáticos desembocou em três tipos. No topo deles, encaixar-se-iam nações consideradas pela Liga das Nações em avançado estado de cultura como a síria, a iraquiana, a palestina, a libanesa, entre outras.

Naturalmente, aspectos econômicos também contribuíram para a estrutura da inaudita classificação. No caso do Oriente Médio, o petróleo foi o elemento mais importante, vez que sua utilização no cotidiano crescia muito, em decorrência da expansão de inúmeros setores industriais como o automobilístico, por exemplo.

A supervisão da Grã-Bretanha e da França na região médio-oriental seria temporária, até que houvesse o reconhecimento de condições de autogoverno, assinaladas por judiciário independente, expectativa de desenvolvimento econômico duradouro, estabilidade política, condições de defesa própria do território etc.

Destarte, previram-se de modo gradual a independência do Iraque, sob o controle britânico, em 1932 e as da Síria e Líbano, sob o domínio francês, em 1940, adiadas estas em função da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Não obstante a presença anglo-francesa naquela parte do mundo, os norte-americanos não deixavam de dedicar atenção a ela, até por considerar a atuação européia provisória.

Mesmo oficialmente afastado da Liga das Nações, o governo estadunidense nunca deixou de resguardar seus interesses ao redor do mundo. Desta forma, seus laços com a Síria, por exemplo, são bastante antigos, mesmo antes da independência formal em 1946.

Nessa direção, Washington havia assinado em abril de 1924 uma convenção com Paris por meio do qual se protegiam os direitos dos seus cidadãos e das suas instituições, especialmente as educacionais, religiosas e filantrópicas, em solo sírio e libanês.

Apesar de algumas queixas do lado norte-americano, o teor do tratado foi muito bem negociado, visto que o acordo incluía a consulta da França junto aos Estados Unidos caso houvesse a necessidade de alterar a maneira pela qual o mandato sírio-libanês era exercido. O propósito era possibilitar à Casa Branca a análise prévia com o propósito de avaliar como o país poderia ser hipoteticamente afetado e, por conseguinte, prejudicado.

Na primeira fase de vigência, Washington ficou resguardado. Todavia, isso não foi totalmente assegurado mais adiante. Na segunda metade dos anos 30, o governo francês decidiu estabelecer com a contraparte síria e libanesa um cronograma com vistas à independência, ao ter por coroamento do processo de Damasco a data de janeiro de 1940 – naquela década, a esquerda esteve à frente do poder a maior parte do tempo. Ao tomar ciência disso, Washington pressionaria Paris para que a negociação fosse tripartite, o que não seria aceito nem por franceses, nem por sírios.

Depois do início da Segunda Guerra Mundial, o encerramento das tutelas médio-orientais foi adiado *sine die*. Com a constituição na França do chamado Governo de Vichy, que pôs fim à Terceira República, a Alemanha enxergou a Síria como o melhor caminho para obter acesso ao petróleo do Iraque e à navegação no Egito, através do canal de Suez.

Com o propósito de granjear o apoio das populações locais, os alemães prometeram auxiliar os movimentos de independência na região, o que não era mais subscrito naquela altura por franceses, britânicos e norte-americanos.

Diante do evoluir da confrontação, Washington alterou sua posição com a finalidade de substituir politicamente Londres e de modo especial Paris naquela em toda aquela área. Desde meados dos anos 20, a Casa Branca inquietava-se com o status político do Palácio do Eliseu, em decorrência do predomínio de alianças de esquerda.

Paralelamente, preocupou-se em conter o desejo do Kremlin de firmar sua presença também lá, ao granjear simpatia entre parcelas das sociedades por causa da retórica anticolonial – depois da Segunda Guerra, o mundo assistiria à substituição da disputa entre França e Grã-Bretanha pela dos Estados Unidos e União Soviética (Ferrell, 2-6; Herring, 378-425; Hémerly, 182-206).

### Frustrações na parceria amero-síria: a insistência francesa

Malgrado a existência do entendimento diplomático formal entre Paris e Washington relativamente a Damasco e Beirute, a França movimentou-se com a finalidade de obstar eventual prevalência norte-americana naqueles territórios, à medida que a data prevista do encerramento do seu mandato chegasse – janeiro de 1940, no caso sírio.

Além do mais, a diplomacia francesa tinha a convicção de que um relacionamento mais próximo com a Síria e Líbano seria imperativo, haja vista a necessidade de reforçar sua presença no Mediterrâneo e contrabalançar a da Grã-Bretanha e Itália.

Com o irromper do conflito na Europa, a sociedade síria encontrou-se diante de uma aparente encruzilhada, ao ter sua autodeterminação adiada pela França de Vichy, bem mais próxima da Alemanha, e ao sofrer um embargo econômico no final de 1940 pela Grã-Bretanha.

No primeiro ponto, não obstante o apoio de Paris a Berlim a diplomacia germânica se posicionou favorável à independência de todas as nações sob a tutela anglo-francesa no Oriente Médio e cercanias;

No segundo, a chancelaria norte-americana, sob a titularidade de Cordell Hull, pressionou a britânica, sob a administração de Anthony Eden, a suspender as restrições, por vislumbrar um estímulo indireto à maior colaboração entre fascistas e tutelados, notadamente militar, e prejudicar o abastecimento de petróleo.

Em 1941, a Alemanha, com a concordância franco-síria, auxiliou a insurgência antibritânica no Iraque. Como contraponto, após a debelação da rebelião, a Grã-Bretanha, ao lado da Austrália e Índia, invadiria, através da Palestina e da então Transjordânia, a própria Síria.

Com a investida, os colaboracionistas da administração de Vichy foram substituídos pelos nacionalistas, vinculados ao General Charles de Gaulle. Depois de algumas semanas de transição administrativa, a Síria formalmente se libertaria do mandato da Liga das Nações – final de 1941. A França ainda tentou permanecer lá, especialmente em termos culturais e militares. Todavia, isso somente ocorreu devido a um novo entendimento bilateral.

Apesar da modificação pública do status político sírio, os Estados Unidos não reconheceram de imediato a nova condição, a despeito de solicitações da Grã-Bretanha, seu grande aliado. A justificativa para a recusa, mesmo momentânea, se amparou no tratado de 1924 com a França, ao invocar o direito de analisar previamente propostas de mudança, a fim de guarnecer direitos de seus cidadãos e instituições.

A fim de contornar o transtorno com os Estados Unidos, a Síria incorporou o conteúdo daquele entendimento diplomático. Desta forma, os norte-americanos, depois de três anos da espera, reconheceriam a nova condição.

Paralelamente, a França esforçou-se para manter com a Síria uma relação similar à da Grã-Bretanha com o Iraque. No entanto, os Estados Unidos rejeitaram isso. Como contrapartida à recusa de Washington, ao final da Segunda Guerra Mundial, Paris invadiria Damasco, com o objetivo de manter direitos considerados ‘especiais’.

Diante da inesperada postura do Eliseu, a Casa Branca avaliou a possibilidade de até empregar a força para expulsar as tropas francesas, mas estimou, por outro lado, que isso poderia prejudicar os esforços para a constituição de um novel organismo global – sucedâneo da Sociedade das Nações – concertado dias antes em conferência em San Francisco: as Nações Unidas (ONU).

Em vista da oposição siríaca no tocante ao projeto francês, o Eliseu decidiu bombardear parte do país, sem sequer poupar arredores de Damasco. Os britânicos preocuparam-se bastante com o efeito desta ação militar no mundo árabe. Com o expresso apoio político dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha enviaria tropas para pressionar a saída da França dos principais centros urbanos sírios.

Desgastada, Paris propôs a realização de um encontro sobre o Oriente Médio com a participação da China, União Soviética, Estados Unidos e Grã-Bretanha; enfim, com a presença dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da recém-estabelecida ONU.

Na perspectiva francesa, caso o país tivesse de retirar-se da Síria, a Grã-Bretanha teria também de sair do Egito e da Palestina, com a finalidade de encerrar simbolicamente as delegações remanescentes do período da Liga das Nações.

Na proposta de uma reunião entre as grandes potências, havia a esperança, ainda que remota, de que os soviéticos se contrapassem aos norte-americanos e britânicos. No entanto, os Estados Unidos simplesmente se recusaram a considerar a proposição da França.

Destarte, franceses e britânicos tiveram de chegar a um entendimento direto acerca da retirada mútua dos contingentes do território sírio. Por fim, os da França deslocaram-se para o Líbano, enquanto os da Grã-Bretanha rumaram para o Iraque e Índia. No fim de abril de 1946, o recolhimento de tropas das duas potências se encerraria.

Antes mesmo da completa efetivação da saída, a Síria pediu auxílio aos Estados Unidos, com o objetivo de treinar suas próprias tropas. Não foi a primeira opção. Cautelosamente, ela havia pedido ajuda à Suécia e depois à Suíça, considerados os dois países mais equidistantes das questões médio-orientais, o que poderia fazer com que a atenção da União Soviética não fosse deslocada de modo desnecessário para aquela área. Entrementes, ambas se recusaram.

De toda maneira, a solicitação de adestramento castrense foi a primeira de um país árabe aos estadunidenses. Contudo, Washington analisou que aceitar o inédito convite poderia ter como contrapartida a mágoa explícita da França, a desconfiança velada da Grã-Bretanha e a inquietação estrondosa da União Soviética. Destarte, a Casa Branca polidamente recusaria o pedido siríaco.

Assim, a única parceria firmada pela diplomacia norte-americana em território médio-oriental no interregno entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da confrontação bipolar foi com os sauditas.

Não seria de caráter bélico, mas econômico, em vista da necessidade de diversificação do asseguramento de petróleo, algo que o país logo lamentaria em decorrência do acirramento na relação com os soviéticos e da postura da maioria dos países da região diante dos israelenses (Kissinger, 483-510; Melki, 92-106; Bou Nacklie, 512-529).

## Da tentativa de proximidade ao distanciamento

Com a conquista da independência, a Síria virou a referência aos movimentos nacionalistas árabes. Embora vinculada de início à esfera anglo-americana, ela não se sentiu impedida de aproximar-se comercialmente da União Soviética uma década depois. Nesse sentido, os sírios se valeram da estreita conexão militar entre egípcios, de quem eles eram bastante próximos, e soviéticos. Em pouco tempo, armamentos do leste europeu estariam em circulação em boa parte do Oriente Médio.

O ano de 1955 foi um momento bem marcante no mundo subdesenvolvido, recentemente descolonizado, por causa do impacto político da Conferência de Bandung, em abril, sucedida em 1961 pelo Movimento dos Não Alinhados, liderado por Iugoslávia, Índia e Egito. Aquele período assinalou a afirmação do neutralismo, o que permitia a governos da Ásia, África e América Latina oscilar entre as duas grandes superpotências.

Entre outubro e novembro de 1956, durante a denominada Crise de Suez, momento em que tropas israelo-franco-britânicas invadiram em tempos distintos o Egito, Damasco apoiaria o Cairo, ao chegar até a bloquear o uso de um oleoduto vindo do Iraque. Preocupado, Washington observaria a solidariedade pan-arabista como parte de uma movimentação, ainda que informal, maior e muito mais perigosa: a filocomunista.

Com a substituição do governo sírio em 1957, os novos dirigentes esforçaram-se para estreitar os laços econômicos e militares com seus correspondentes egípcios, próceres, sob o comando de Gamal Nasser, de uma postura antiocidental ou ao menos anti-imperialista.

Naquela época, Estados Unidos e Grã-Bretanha acompanhavam com inquietação a novel conformação de poder no Oriente Médio e adjacências. Na visão anglo-americana, havia um desafio significativo: equilibrar as aspirações da Turquia, Arábia Saudita, Irã, Egito, Iraque e Jordânia. Estes dois últimos países, sob a liderança de monarcas hachemitas, chegaram a cogitar a incorporação territorial da Síria com apoio ocidental – na prática, norte-americano.

O objetivo maior do esforço diplomático anglo-americano foi o de impedir a formação de uma base territorial segura para as movimentações soviéticas. Assim, dever-se-ia obstar a eventual ‘satelitização’ síria pelo arco comunista. Como decorrência, os próximos alvos do Ocidente a preservar seriam Líbano e Jordânia, esta em estado de sítio a fim de conter a oposição.

Em agosto de 1957, diplomatas norte-americanos foram expulsos da Síria, sob a suspeita de conspirar contra o governo e de provocar instabilidade política. Em decorrência da delicada situação, os Estados Unidos contactariam o Egito com o propósito de solicitar apoio ou ao menos intermediação no caso.

O Cairo então informou a Washington sua posição no tocante à questão: neutralidade. Não obstante, adicionou uma advertência à Casa Branca: caso houvesse pressão ocidental contra Damasco, o resultado seria a procura mais intensa pelo apoio do Kremlin.

Mesmo diante do intrincado quadro, uma intervenção multilateral seria analisada pelo Departamento de Estado como derivação da chamada Doutrina Eisenhower, firmada em janeiro de 1957 e aprovada pelo parlamento dois meses depois. Suas raízes localizavam-se no denominado Memorando Ômega, de março de 1956, por meio do qual se havia analisado o quadro político daquela área e se sugerido várias formas de ação.

Com a aprovação das diretrizes do ideário Eisenhower, os Estados Unidos poderiam agir militarmente caso identificassem ameaça provinda do comunismo internacional a um governo próximo.

Ao consultar seus aliados na região, os Estados Unidos obtiveram o posicionamento favorável da Turquia, porém não do Iraque e Arábia Saudita. Embora a maioria dos países médio-orientais se opusesse acerbamente à aproximação da Síria com a União Soviética, nem todos os governos se mostravam inclinados ao emprego da força para evitá-la – a amarga lembrança da destruição da Segunda Guerra ainda estava viva na memória política, ainda mais diante da possibilidade da utilização de armas nucleares.

Além do mais, havia o espectro do malogro de Suez a pairar no Oriente Médio. Assim, a possível presença militar do Ocidente poderia ocasionar o efeito contrário ao pretendido, isto é, o de impedir a secularização e o espraiamento de diretrizes comunistas. Destarte, seria mais adequado que a iniciativa partisse dos próprios governantes locais, se sentissem a necessidade de iniciar uma ‘guerra santa’ contra o comunismo.

Mesmo que a hipótese de uma contenção de esquerda fosse posta de lado, haveria outra justificativa para ocasionalmente intervir: a eventual ameaça de sabotagem síria no oleoduto iraquiano, o que poderia afetar o abastecimento da Europa e dificultar a recuperação econômica do continente.

Outrossim, nas considerações ocidentais, a Síria poderia converter-se ao comunismo estimulada por razões militares, ainda mais depois do lançamento com êxito em outubro de 1957 do satélite Sputnik. Com o envio do pequeno artefato ao espaço, soviéticos e norte-americanos aparentemente se igualavam em termos tecnológicos.

Mais confiante depois da incomum empreendida espacial, Moscou propôs a Washington uma moratória no comércio de armamentos e a aplicação do princípio de não intervenção no Oriente Médio. Nenhuma das duas propostas seria aceita pela Casa Branca, sob a presidência de Eisenhower.

Em função do impasse ideológico entre as superpotências, efetivos egípcios desembarcariam sem aviso em território sírio em outubro de 1957. Como contraparte, o governo norte-americano reagiria de maneira célere, ao deslocar a 6ª Frota, comandada pelo Vice-Almirante Charles Brown.

Entrementes, Washington não teve sucesso em barrar a iniciativa do Cairo, visto que, semanas depois, Egito e Síria fundir-se-iam. Surgiria a República Árabe Unida (RAU), de efêmera duração, porém de grande impacto político inicial em toda aquela área por causa do posicionamento antiocidental.

Parte da sociedade do Líbano aspirava a compor a união. Contudo, efetivos dos Estados Unidos, através novamente da 6ª Frota, desembarcaram lá em julho de 1958 a pedido da presidência do país, ao ter como justificativa oficial impedir a ação subversiva de comunistas com armas vindas da Síria. A permanência dos fuzileiros por pouco mais de três meses obstou toda medida em direção ao pan-arabismo ou ao comunismo.

O envio de tropas caracterizou uma súbita alteração de comportamento da Casa Branca: em vez de prolongadas consultas diplomáticas com dirigentes médio-orientais e mesmo soviéticos, houve a decisão unilateral do emprego da força. Atingida indiretamente pela alteração de curso da política externa estadunidense, a coligação síria-egípcia sobreviveria por pouco mais de três anos e meio (Wilson, 1-29; Burns, 76-107; Anderson, 21-42; Keilany, 61-72).

## Razões do estranhamento

Na década de 1950, Estados Unidos e Egito divergiam sobre o destino político do Oriente Médio. Enquanto Washington preferia enfatizar o anticomunismo, o Cairo optou pelo pan-arabismo e, por vezes, pelo antiocidentalismo, em decorrência dos vínculos históricos de Londres e Paris, outrora bastantes presentes naquela região, com o imperialismo. A postura regionalista atraía mais Damasco.

O auge do descompasso entre as duas visões de mundo se manifestou na denominada Crise de Suez, em novembro de 1956, originada meses antes em face da estatização do importante canal egípcio, a despeito da discordância das potências norte-atlânticas sobre sua melhor utilização.

Anteriormente, a Casa Branca já havia externado preocupação com a crescente presença do Kremlin naquela região, facilitadora de ações de caráter nacionalista, consideradas ousadas ou subversivas na perspectiva estadunidense. Em 1955, a União Soviética, através da Checoslováquia, iniciou o fornecimento de armamentos ao Egito que poderia, por sua vez, repassá-los a aliados. Em junho do ano seguinte, ela se propôs a parcialmente financiar a construção da represa de Assuã, obra bastante vultosa. Meses depois, haveria a estatização do canal.

Como mencionado antes, uma consequência do acirramento político no Oriente Médio foi em janeiro de 1957 o anúncio da Doutrina Eisenhower, voltada para a proteção militar de governos aliados, em face de uma aparente contínua ascensão do comunismo global – não há até hoje consenso entre historiadores e internacionalistas se a decisão norte-americana de provocar os ânimos com os egípcios teria enfraquecido de maneira involuntária seus principais parceiros lá, britânicos e franceses.

Em algumas considerações da diplomacia dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, o apoio das monarquias conservadoras e, por vezes, teocráticas seria mais valioso que o do Egito naquele momento, em decorrência da

importância econômica, através do petróleo, e política, via ferrenho anticomunismo, a despeito do peso do milenar país na região.

Como já citado, diante da conjuntura tensa, uma alternativa posta à mesa ao Cairo foi a de união com Damasco, ocorrida de modo efetivo em fevereiro de 1958, com o propósito de se fortalecer em termos regionais. Desta forma, nasceria a República Árabe Unida (RAU), causadora de muitas expectativas, a despeito da existência passageira – dissolvida em 1961, em um ano marcante por causa de uma tentativa de golpe de Estado no Líbano por setores vinculados à Síria e de uma movimentação secessionista no Iraque – a Primeira Guerra Curdo-Iraquiana.

Naquela ocasião, não houve por parte do Egito manifestação de resistência à fragmentação da RAU, de maneira que a Síria logo retornaria ao seu status de independência, com a obtenção do reconhecimento da Organização das Nações Unidas em poucos dias.

Os Estados Unidos somente reconheceram a nova soberania após quase duas semanas depois da proclamação castrense, após mesmo a União Soviética, mais atenta aos movimentos desde a aproximação frustrada com o Egito na década anterior, em vista dos comuns interesses antiocidentais.

Destaque-se que a Casa Branca aceitou a formação da união síria-egípcia depois que o novo governo havia firmado o compromisso de manter a validade dos acordos assinados antes com cada um dos dois países. Destarte, a República Árabe Unida manteve os termos do entendimento amero-sírio de 1944 relativos às cláusulas de nação mais favorecida e de preservação de determinados direitos mútuos.

Nos anos de 60, os democratas voltaram ao poder nos Estados Unidos, após dois mandatos de ausência. Diante da polêmica da Doutrina Eisenhower, houve a tentativa de reconfigurar a vinculação com a maioria dos países médio-orientais, ao enfatizar a importância da colaboração das Nações Unidas no encaminhar de questões da região e ao substituir parte do quadro de embaixadores. Em abril de 1962, o país mostraria até insatisfação no Conselho de Segurança onusiano com as incursões de Israel junto à Síria.

Com a extinção da RAU, a relação diplomática entre Síria e Estados Unidos naturalmente se reduziu, visto que a atenção maior foi direcionada para o Egito, ainda avaliado com desconfiança pela Casa Branca por causa da manutenção da retórica pan-arabista. Outrossim, dois outros eventos fixaram mais Washington na primeira metade daquela década: a crise no Coveite em 61, em decorrência de nova definição do relacionamento com a Grã-Bretanha, e a revolução no Iêmen em setembro do ano seguinte, assinalada pela proclamação da república, dias depois do falecimento do rei Ahmad bin Yahya.

Após o assassinio de Kennedy em novembro de 1963, a política externa estadunidense adquiriu nova forma. A rivalidade soviético-americana passou a refletir-se com mais intensidade na composição das alianças. Na visão da Casa Branca, três países durante a década de 60 estavam mais próximos do Kremlin: Egito, Síria e Iraque. Os ânimos acirrar-se-iam mais ainda depois da Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, período em que Israel, aliado dos Estados Unidos, superou os três (Fain, 95-122; Peretz, 116-125; Nadelmann, 435-457; Ferrell, 3-19).

## A ampliação divergência na década de 70

Nos anos 70, os Estados Unidos encontravam-se atolados no conflito com o Vietnã. Por causa dele, o Oriente Médio adquiriu mais importância, à medida que aumentou a necessidade de abastecimento intermitente de petróleo para a movimentação dos contingentes naquela parte da Ásia. Ademais, o crescimento do consumo do produto na Europa e Japão aproximava-se de dez por cento ao ano.

Os países médio-orientais respondiam por cerca de 2/3 do fornecimento ao Velho Continente e por quase 9/10 ao segundo. Portanto, a estabilidade daquela região era fundamental para o bom andamento da economia no lado capitalista na acirrada disputa bipolar.

O melhor aliado era o Irã – ao lado da Jordânia e Arábia Saudita – mais conectado com o Ocidente desde a ascensão de Reza Pahlevi ao poder em agosto de 1953, depois da execução de um golpe de Estado coordenado por Estados Unidos e Grã-Bretanha – a justificativa foi a de impedir a execução de medidas nacionalistas no setor petrolífero de um dos três maiores produtores do mundo.

Como prêmio à fidelidade anglo-americana, o país adquiriu o status de maior potência militar naquela área com a conseqüente transformação em gendarme, com o propósito de auxiliar a manter os regimes monárquicos de feição conservador e teocrático.

O comportamento do governo persa se encaixava nas linhas gerais da Doutrina Nixon, ratificação de uma postura decorrente da gestão Kennedy, materializada na ajuda a movimentos de contra-insurgência ou anticomunistas no 3º Mundo, sem participação direta dos Estados Unidos. O auxílio envolvia mesmo a configuração de redes de intelectuais.

A postura proporcionava bom retorno financeiro ao Ocidente. Quase 1/3 da renda extraída do petróleo iraniano destinava-se à aquisição de armamentos norte-americanos, em sua maioria de última geração. Uma parcela significativa das importações provinha de países da faixa norte-atlântica.

O contraponto à presença norte-americana no Oriente Médio – intensificada após a retirada britânica no final de 1971, em decorrência dos efeitos da crise da libra em 1967 – era a soviética com relativa influência sobre o Egito, com tratado de cooperação em 1971, Iraque, com instrumento similar em 1972, e, por último, com a Síria, com acordo diplomático apenas em 1980. No entanto, o Ramo Regional Sírio, dissidência do Partido Baath Socialista Árabe, era próximo do Comunista Soviético desde a segunda metade dos anos 60.

Todavia, a situação política e por que não militar do primeiro e terceiro não estava confortável, em função da fragorosa derrota na Guerra dos Seis Dias em junho de 1967 para Israel.

Na seqüência, a Arábia Saudita ascendeu na região, com outra maneira de atuar: em vez de incentivar a modificação política, como o Egito tentou fazer durante muito tempo, ela acenava com a acomodação através da economia, com investimentos possibilitados em vários países daquela região graças aos vultosos lucros extraídos da comercialização do petróleo.

Na análise conservadora da época, a onda nacionalista ou regionalista, de teor secular ou mesmo socialista, seria essencialmente artificial, logo passageira até em face da existência recente das fronteiras de lá, originadas do traçado singular da cartografia anglo-francesa a datar do encerramento do século dezenove. A lealdade real adviria dos laços entre os principais clãs ou elites de vilas ou cidades históricas como Damasco ou Bagdá.

1973 seria um ano desfavorável aos desígnios da Casa Branca, em função do impacto político da Guerra do Yom Kippur em outubro. Derrotados, Egito e Síria obtiveram o apoio da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), expresso na redução da extração do produto. O efeito imediato seria a elevação desproporcional do preço do petróleo, com conseqüências negativas para a economia ocidental – cite-se o caso do Brasil, por exemplo.

Damasco e Cairo haviam suspenso as relações diplomáticas com Washington durante aquela confrontação, porém logo as retomariam, com a finalidade de evitar maior isolamento. Todavia, enquanto o Egito começou a aproximar-se dos Estados Unidos, a Síria optou pela União Soviética.

Em novembro de 1978, o distanciamento entre Estados Unidos e Síria atingiria o ápice daquela década, quando da formação de uma aliança sírio-iraquiana para contrapor-se às tratativas de Camp David encerradas no mês de setembro. Nelas, norte-americanos, egípcios e israelenses haviam debatido, entre outras questões, a desocupação da península do Sinai.

Nas considerações do governo sírio e do iraquiano, a iniciativa estadunidense destinava-se a trincar politicamente o bloco árabe. O Egito teria sido escolhido por três razões: localização geográfica estratégica, haja vista o canal de Suez; simbolismo ideológico, por ser um tradicional centro do pensamento islâmico; e econômica, por



necessitar de auxílio financeiro para recompor-se depois do conflito de 1973 e ser desprovido de recursos naturais se comparado à boa parte de seus vizinhos.

O fim dos anos 70 assinalou o reconhecimento de quatro líderes na região: Egito, Irã e Arábia Saudita, bem mais próximos dos Estados Unidos, eram adversos à influência soviética no Afeganistão, mas discordantes entre si sobre o posicionamento a ser adotado no tocante a Israel.

O outro foi a Síria, bem mais distante de Washington, que, devido à aproximação com os soviéticos, se mostrou indiferente à ocupação do território afegão, porém recalcitrante a relacionar-se cordialmente com Israel até por causa da situação do Líbano, imerso em guerra civil, país em que os dois tinham interesses específicos.

Na década seguinte, a divergência com os Estados Unidos chegaria ao máximo durante o andamento da chamada terceira fase do conflito no Líbano, representada pela invasão de Israel e pelo envio de uma força multinacional composta por efetivos norte-americanos, italianos e franceses.

## Conclusão

O relacionamento entre Estados Unidos e Síria ao longo de pouco mais de meio século passou por períodos distintos, em decorrência de três momentos específicos da conjuntura internacional, mas todos assinalados pela frustração. Em todas as fases, malgrado as tentativas de aproximação de Washington com Damasco, o objetivo de um entendimento mais estável nunca foi alcançado, visto que faltou à diplomacia norte-americana maior flexibilidade na condução das negociações.

Na primeira, o governo norte-americano, sob a égide retórica do wilsonianismo, coordenou, ao lado do francês e do britânico, o desmonte dos impérios derrotados na Primeira Guerra Mundial: alemão, austríaco e otomano. No caso do último, coube à França e Grã-Bretanha o processo de transição para a independência, através de delegação – mandato – de uma nova organização internacional, a Liga das Nações.

Isso não impediu a Casa Branca de tentar aproximar-se das sociedades médio-orientais, ao assinar tratados, voltados para assuntos prioritariamente políticos e culturais, com seus tutores temporários.

Na segunda, com a emergência da Segunda Guerra Mundial, o processo de independência sírio foi adiado. Todavia, a aproximação do governo de Vichy, de inclinação fascista, com o regime nazista auxiliaria os Estados Unidos a justificar sua presença no Oriente Médio.

Dado que a Alemanha havia prometido o fim dos vínculos tutoriais da Síria com a França, por considerar aquele território estratégico, os Estados Unidos também passaram apoiar a mesma medida, desde que o povo sírio se mantivesse ao lado dos Aliados.

Ocupada por tropas francesas, mas antivichystas, ela se desligou do mandato outorgado ao Eliseu, mas somente seria reconhecida soberana em 1946, em um processo no qual a Casa Branca não conseguiu avizinhar-se mais por insistir na continuidade dos termos do acordo assinado com a França antes da Segunda Guerra e por recusar-se a treinar, depois do fim do conflito mundial, as nascentes forças armadas sírias.

Na última, durante os anos 50, em função do cenário regional, a Síria se acercou do Egito, por sua vez, próximo da União Soviética. Com a fusão de 1958 na República Árabe Unida, o distanciamento se acentuou. Nos 60, a atuação do Departamento de Estado concernente à região alterou-se, ao valorizar os foros multilaterais e renovar parte do corpo diplomático, mas a Síria, novamente independente desde 1961, não tinha mais o mesmo valor estratégico.

Entre o final da década de 60 e a de 70, três eventos encarregaram-se de reiterar a falta de proximidade entre os dois: Guerra dos Seis Dias, de 1967, Guerra do Yom Kipur, de 1973, e por último a oposição ao resultado das negociações de Camp David entre Estados Unidos, Israel e Egito, outrora seu maior aliado.

## Bibliografia

### *Fontes Primárias*

Convenção entre Estados Unidos e França no tocante a direitos na Síria e Líbano. <http://images.library.wisc.edu/FRUS/EFacs/1924v01/reference/frus.frus1924v01.i0019.pdf>. Acesso em: 14 jan 2014.

Doutrina Eisenhower. <https://history.state.gov/milestones/1953-1960/eisenhower-doctrine>. Acesso em: 18 jan 2014.

### *Secundárias*

#### Livros

Burns, William Joseph. *Economic Aid and American Policy toward Egypt, 1955-1981*. Albany: State New York University, 1985.

Hémery, Daniel et al. *Uma história da energia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

Herring, George. *From colony to superpower*. New York: Oxford: 2011.

Kissinger, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

Wilson, David. *The Eisenhower Doctrine and its Implementation in Lebanon – 1958*. Austin: University of Texas, 2002. Dissertação de mestrado

#### Artigos

Anderson, Philip. “Summer Madness: The Crisis in Syria, August-October 1957”. *British Journal of Middle Eastern Studies*, V. 22, N. 1/2 (1995): 21-42.

Aron, Raymond. “Richard Nixon and the Future of American Foreign Policy”. *Daedalus*, V. 101, N. 4, (Fall, 1972): 1-24.

Bou Nacklie, N. “The 1941 Invasion of Syria and Lebanon: The Role of the Local Paramilitary”. *Middle Eastern Studies*. V. 30, N. 3 (Jul., 1994):512-529.

Fain, W. “John F. Kennedy and Harold Macmillan: Managing the ‘Special Relationship’ in the Persian Gulf Region, 1961-63”. *Middle Eastern Studies*, V. 38, N. 4 (Oct., 2002): 95-122.

Ferrell, Robert. “American Policy in the Middle East”. *The Review of Politics*, V. 37, N.1 (Jan., 1975): 3-19.

Freedman, Robert. “Patterns of Soviet Policy toward the Middle East”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, V. 482, (Nov., 1985): 40-64.

Keilany, Ziad. “Socialism and Economic Change in Syria”. *Middle Eastern Studies*, V. 9, N. 1 (Jan., 1973): 61-72.

Melki, James. “Syria and State Department 1937-47”. *Middle Eastern Studies*, V. 33, N. 1 (Jan., 1997): 92-106.

Nadelmann, Ethan. “Setting the Stage: American Policy toward the Middle East, 1961 – 1966”. *International Journal of Middle East Studies*, V.14, N. 4 (Nov., 1982): 435-457.

Peretz, Don. “The United States, the Arabs, and Israel: Peace Efforts of Kennedy, Johnson, and Nixon”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, V. 401, (May, 1972): 116-125.

Schiff, Zeev. “Dealing with Syria”. *Foreign Policy*, N. 55 (Summer, 1984): 92-112.

Sheehan, Edward. “How Kissinger Did It: Step by Step in the Middle East”. *Foreign Policy*, N. 22 (Spring, 1976): 3-70.

## Resumo

De modo sintético, o artigo aborda a relação de Estados Unidos e Síria entre o pós Primeira Guerra Mundial e o final da década de 70, período em que se dividia o mundo entre Estados Unidos e União Soviética. De início, houve uma aproximação com os norte-americanos. Posteriormente, o relacionamento transformar-se-ia, haja vista a Síria ter-se situado na área de influência soviética.

## Abstract

In brief terms, the article deals with the relationship between the United States and Syria starting from the end of the First World War up to the seventies, period in which the world was divided between the United States and the Soviet Union. At the beginning, the country befriended the Americans. Later, the relationship would turn into another, because Syria has decided to situate itself in the Soviet sphere.

Palavras chaves: Estados Unidos; Síria; Oriente Médio

Key words: United States; Syria; Middle East

Recebido em 24/02/2014

Aprovado em 25/02/2014